



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

FRANCILENE ALBINO DOS SANTOS SILVA

**ENSINO INCLUSIVO A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO, PARAÍBA.**

SÃO BENTO - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Francilene Albino Dos Santos da.
ENSINO INCLUSIVO A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO, PARAÍBA / Francilene Albino Dos
Santos da Silva. - João Pessoa, 2019.
35 f.

Orientação: Magno Seabra.
Monografia (Graduação) - UFPB/EAD.

1. Educação Inclusiva; Escola; Deficiência; São Bento.
I. Seabra, Magno. II. Título.

UFPB/BC

FRANCILENE ALBINO DOS SANTOS DA SILVA

**ENSINO INCLUSIVO A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO
BENTO, PARAÍBA.**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para elaboração da
monografia de conclusão do curso de
Pedagogia à Distância, do Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a):
Prof^a Magno Alexon

SÃO BENTO - PB

2019

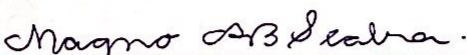
FRANCILENE ALBINO DOS SANTOS SILVA

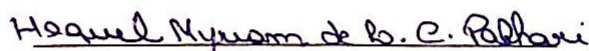
**ENSINO INCLUSIVO A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO BENTO, PARAÍBA**

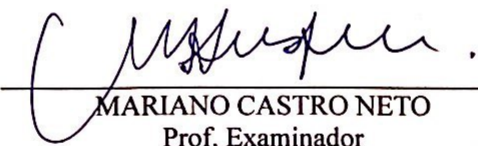
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia na Modalidade a Distância, do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia
Orientador (a): Prof. ° Dr. Magno Alexon
Bezerra Seabra

Aprovada em: 05/12/2019

BANCA EXAMINADORA


MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
Prof. Orientador
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


HAQUEL MYRIAM DE LIMA COSTA PALHARI
Prof. Examinadora
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


MARIANO CASTRO NETO
Prof. Examinador
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**JOÃO PESSOA – PARAÍBA
2019**

Dedico este trabalho aos profissionais da educação que buscam uma educação inclusiva e às crianças com necessidades especiais que são negligenciadas e vítimas de preconceito.

Agradecimentos

Sou grata ao meu bom Deus, por me abençoar com a oportunidade, força e dedicação necessária nessa jornada.

A meu sobrinho Hudson Bráulio, pelo incentivo para começar o estudo acadêmico depois de anos de conclusão do ensino médio.

Aos meus filhos, por todo apoio, estímulo e ajuda.

Ao meu colega de curso, Geraldo Monteiro, que tanto me ajudou e motivou a buscar minha vitória.

Aos assistentes presenciais do polo de São Bento, Marines Lúcio, Clésio Medeiros e Jancivânia Rodrigues, pela dedicação e competência de cada um.

A todos os professores e mediadores pelo conhecimento compartilhado ao longo desta graduação.

Ao orientador de pesquisa, Magno Alexon Seabra, pela orientação, auxílio e atenção.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças, e não com as desigualdades”.

RESUMO

A forma como a educação inclusiva é trabalhada nas escolas da cidade de São Bento, Paraíba é o objeto de estudo deste projeto. Foi intencionado identificar e analisar a prática e formação docente e a preparação da escola para acolher alunos com necessidades especiais, através de uma pesquisa de campo fundamentada na abordagem qualitativa, a coleta de dados foi feita a partir do questionário dirigido aos professores das instituições Porfíria Vieira dos Santos e Colmeia. A pesquisa de campo proporcionou a obtenção de informações acerca da estrutura física e recursos pedagógicos acessíveis para diferentes níveis de aprendizagem, mobilidade e limitações que as escolas podem oferecer. A sistemática metodologia utilizada, bem como a bibliografia de Maria Tereza Eglér Mantoan e Peter Mittler foram norteadores para o embasamento teórico aqui apresentado. Esta investigação sinalizou que as ações sociais e governamentais apontam para um ambiente escolar inclusivo, no entanto, a realidade vivenciada pelos educandos e profissionais da educação persiste excludente e despreparada. Diante disso, é fundamental perceber a necessidade de ampliar o conhecimento da comunidade e profissionais sobre a educação inclusiva, de forma que assim os direitos individuais e coletivos sejam plenamente exercidos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Escola; Deficiência; São Bento.

ABSTRACT

The way inclusive education is worked in schools in the city of São Bento, Paraíba is the object of study of this project. It was intended to identify and analyze the practice and training of the school and the preparation of the school to accommodate students with special needs, through a field research based on the qualitative approach. dos Santos and Hiv. Field research provided information on the physical structure and pedagogical resources accessible to different levels of learning, mobility and limitations that schools can offer. The systematic methodology used, as well as the bibliography of Maria Tereza Eglér Mantoan and Peter Mittler were guiding the theoretical basis presented here. This investigation signaled that social and governmental actions point to an inclusive school environment, however, the reality experienced by students and professionals persists exclusionary and unprepared. Given this, it is essential to realize the need to increase the knowledge of the community and professionals about inclusive education, so that individual and collective rights are fully exercised.

Keywords: Inclusive Education; School; Deficiency; Saint Benedict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	13
2 CONTEXTOS HISTÓRICO, LEGAL E SOCIAL	16
3 O PROCESSO INCLUSIVO VIVENCIADO NA ESCOLA.....	20
3.1 A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA ESCOLAR.....	20
3.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E O FAZER PEDAGÓGICO	22
METODOLOGIA	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES	33

INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, debates sobre a prática inclusiva vem ganhando, cada vez mais, espaço na sociedade, tanto no contexto educacional quanto nos aspectos sociais e culturais. Embora crescente a discussão, uma sociedade para todos está longe de ser alcançada e essa deve ser considerada um processo contínuo, sabendo disso, surge o interesse em pesquisar sobre o ensino inclusivo a crianças com deficiência no município de São Bento, Paraíba.

Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado, pois muito tem a oferecer para a construção de uma sociedade mais inclusiva, no entanto, passa, também, por obstáculos e deve estruturar sua conduta inclusiva. De acordo com o artigo 205, da Constituição Federal de 1988, todos possuem direito a educação, reafirmado pela LDB porém, muitas vezes esse direito é negligenciado entre os diferentes grupos sociais, principalmente para pessoas com deficiência. Inclusão social, acessibilidade e outros aspectos relacionados ao deficiente deveriam receber mais atenção governamental e convênios privados em busca de melhorias na qualidade de vida, a começar pelo auxílio na vida escolar.

Sabemos que a educação é uma força motriz para o desenvolvimento, e como já citado, é direito universal. Ao que concerne à educação inclusiva, que defende a democratização e garantia de educação para todos, várias medidas devem ser tomadas (políticas públicas, modificação da cultura de exclusão – por meio de conscientização – e principalmente qualificação profissional e estrutural nas escolas e universidades).

Há várias diferenças entre a educação regular, educação especial e a educação inclusiva, especialmente no que diz respeito aos métodos de ensino e forma de inserção na comunidade, a educação inclusiva busca modificar as estruturas sem segregação. Nesse sentido, os profissionais da educação precisam aprender a identificar, mais atentamente, as necessidades especiais dos alunos, desenvolver práticas efetivas de ensino, tudo isso deve ser aplicado durante a formação. Esta, apesar do avanço gradual, ainda apresenta muitas lacunas importantes.

As conjunturas escolares também apresentam algumas práticas arcaicas, o que não lhes conferem o modelo inclusivo, para uma escola passar de um modelo para outro, muitas alterações fazem-se necessárias, por exemplo, acessibilidade, profissionais qualificados, materiais específicos e muitos outros, para tanto, são necessários mais estudo e pesquisas na área de educação inclusiva. Nesse sentido, podemos nos indagar, o que faltam às escolas para acompanharem e melhorarem a situação de inclusão de pessoas com deficiência? O ensino inclusivo a crianças com deficiência no município de São Bento, Paraíba, é eficiente?

Este trabalho tem o intuito de identificar e analisar a prática e formação docente e a preparação das escolas para acolher alunos com necessidades especiais. Sabemos que o ambiente escolar é composto por seres com diferenças e preconceitos, que podem, mesmo sem intenção, cometer erros, seja na linguagem, comportamento ou em outros aspectos.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como se dá o atendimento educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais no município de São Bento e como objetivos específicos: caracterizar as instituições escolares do município; Identificar como ocorre o processo de ensino para crianças com necessidades especiais nas escolas; Verificar a formação dos professores para trabalhar com inclusão de pessoas com deficiência

Historicamente, a deficiência foi vista de diferentes maneiras, muitas vezes erroneamente, como no período em que se acreditava que essa situação era uma forma de castigo divino ou acreditar que pessoas com deficiência são inferiores e menos capazes. A desmistificação dos preconceitos ocorreu de forma gradual e hoje ainda precisa é necessário superar diversos paradigmas. Os estudos sobre uma educação para pessoas com necessidades especiais são relativamente recentes, no início, a educação para essa parcela da população se compreendia em um ensino segregado e sem muito preparo, foi a partir de uma série de legislações para alterar esse cenário que conquistas estão sendo alcançadas, mas que ainda vêm caminhando a passos lentos na história da educação.

Durante o curso de pedagogia, aprendemos sobre a importância da inclusão social, familiar e de muitos agentes da educação para o ensino, apesar de muito se

falar sobre a necessidade e efeitos positivos da inclusão de todos os sujeitos, pessoas com deficiência enfrentam, ainda, grandes dificuldades no atendimento desse direito.

Ainda há muito o que fazer para as práticas inclusivas, previstas na legislação, serem implementadas eficientemente. Partindo desse princípio, surge o interesse de pesquisar e contribuir com a ação formadora de pessoas com deficiência pesquisando sobre a realidade local, pois pouco se vê ações direcionadas à inclusão social e educacional de jovens e crianças com deficiências físicas ou mentais na cidade de São Bento, observando essa defasagem no ensino faz-se necessário um novo olhar e interesse de saber mais sobre as escolas que promovem esse tipo de inclusão e como se dá o processo de ensino, interação, cuidado e profissionalização dos educadores nesta cidade.

De acordo com essas problemáticas, surge a necessidade de se pensar cada vez mais na educação inclusiva e em diferentes abordagens para tal, cada criança tem sua particularidade, assim como seu modo de aprendizado, na educação regular isso já foi um questionamento e atualmente há muitas interpretações, mas para a educação inclusiva, há ainda muito o que se fazer, pesquisar e reconhecer. Nos capítulos a seguir estão elencados alguns fatores, conquistas e barreiras da educação para todos.

1 DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

A sociedade brasileira é multicultural, em sua formação e em todos os aspectos da construção nacional ao longo da história que implica no agora. A escola, por ser uma importante instituição social, deveria atuar como agente formador, todavia, é notório que esse papel ainda é omitido e negligenciado grande parte pelo fato do engessamento no qual os processos educacionais foram submetidos ao longo do tempo.

Muito tem se discutindo sobre a necessidade de uma real compreensão sobre a diversidade no ambiente escolar para que a educação para todos seja atingida, nesse sentido, as diferenças devem ser entendidas em todos os seus aspectos, sejam culturais, sociais, de gênero, com isso tornar-se-á possível trilhar um caminho de percepção de cada um e da relação com o mundo longe de preconceitos e exclusão.

O processo de socialização primário do ser humano é na relação familiar, situação em que se adquire os primeiros aspectos de convivência social, no ambiente escolar é oferecido ao indivíduo o processo secundário de socialização, uma espécie de adaptação e interação com outros grupos. Quando se é negligenciado a uma parcela da população o acesso à escola, o artigo 205, da Constituição Federal e as leis de base da educação estão sendo desrespeitadas, a dignidade humana está sendo obstruída pela perda de uma importante etapa na socialização do indivíduo.

A ação educativa não pode ser realizada de forma que haja segregação entre os discentes, a educação para todos deve ser feita por e com todos, no mesmo sentido em que elucida Fávero (2008), o atendimento educacional especializado, quando ministrado de forma a impedir ou restringir o direito ao ensino comum, fere o princípio da igualdade, redundando em discriminação. É nessa compreensão que se baseia a educação inclusiva dentro das escolas regulares, além do ingresso na escola, garantir a formação necessária a todos.

Crianças e adolescentes com deficiência, que por definição do Estatuto da Pessoa com Deficiência são:

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(BRASIL, 2015, *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*)

Sofrem com a marginalização educacional por diversos fatores, entre eles o despreparo das escolas e falta de profissionalização para desenvolver práticas eficazes e voltadas para as potencialidades dos alunos. Para solucionar esse impasse, cada vez mais, medidas estão sendo debatidas e meios são criados a fim de garantir o direito dessas pessoas. Em meio a essas discussões, foi estudada a Educação Especial, uma modalidade de ensino para educandos com necessidades especiais, que visa promover currículos e recursos que atendam os alunos e suas especificidades, desenvolvendo assim a integração, acesso igualitário e digno à educação para pessoas com deficiências.

Vygotsky (1996) traz grandes contribuições para o desenvolvimento de uma educação baseada nas capacidades dos aprendentes, nos diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento, nessa perspectiva, menciona as zonas de desenvolvimento, uma delas a zona de desenvolvimento proximal, aquela que faz referência ao aprendizado que a criança possui e adquire por si própria e importância e relação de outros no processo individual de aprendizagem, bem como a atenção aos níveis de aprendizagem em que o aluno se encontra, o que podemos relacionar com as diferenças entre os alunos de uma mesma turma para adotar práticas eficazes no processo de ensino para todos. Vygotsky afirma ainda, que tanto no processo de formação e desenvolvimento da personalidade das crianças “normais” como no de crianças com deficiência, atuam as mesmas leis gerais.

A peculiaridade positiva da criança com deficiências também se origina, em primeiro lugar, não porque nela ou outra desaparecem funções observadas em uma criança normal, mas porque o desaparecimento das funções faz surgir novas formações que representam, em sua unidade, uma reação da personalidade em face da deficiência, compensação no processo de desenvolvimento. (VYGOTSKY, p.7, 1989)

Assim, as características que o fazem excepcional atuam de duas maneiras no indivíduo, uma prejudicando uma função ou atividade, outra estimulando novas funções para determinada atividade, como uma compensação. Nesse sentido, para que a instituição de ensino, seja ela regular ou especial atue na educação de alunos deficientes, os profissionais devem educar com base naquelas disfunções, não somente na ordem disciplinar e curricular, mas também e principalmente visando, norteando, e formando a ambientação e vida social daquele indivíduo.

As propostas da educação inclusiva é tornar isso uma realidade, garantindo que as diferenças entre os educandos sejam respeitadas e consideradas no processo educativo pelas escolas com todo um sistema de inclusão e não apenas acomodar no sentido de aceitá-las no espaço escolar sem técnicas e métodos adequados disponíveis, a utilização de recursos pedagógicos adaptados mostra-se com grande importância nesse processo, práticas adequadas de avaliação de aprendizagem também fazem-se necessárias.

A inclusão escolar busca não só integrar alunos com algum tipo de deficiência, intelectual, mental, superdotação ou física nas escolas com outros alunos, na realidade busca alterar metodologias e políticas educacionais, trata-se de subverter a cultura excludente. Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. (MANTOAN, 2003)

Segundo Facion (2009), incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão.

Os profissionais da educação têm muito a trilhar para a realização do objetivo da inclusão ser vivência plena nas escolas, o processo deve ser contínuo e adaptável ao longo das transformações que possam ocorrer na sociedade. Essa é a verdadeira busca pela inclusão, estar sempre disposto a proporcionar cidadania a todos sem distinção, se desvencilhar dos padrões (estéticos, tradicionais) e compreender as experiências, habilidades e limitações do sujeito como essencial no método de ensino.

Devemos sempre levar em consideração, que a educação deve superar as diferenças, aceitar a diversidade e contribuir com voltada para as potencialidades dos aprendentes, eles devem aprender em união, como afirma a Declaração de Salamanca (1994, p. 18):

Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade.

Mantoan (2003), em concordância com Santos (1995) nos indica ainda que,

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Então, como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Falar sobre respeito às diferenças e inclusão social/educacional, pouco tem relação com exigir condutas moralizadoras ou “politicamente corretas”, mas sim observa-se o interesse em garantir alguns dos direitos básicos aos cidadãos, que como serão elucidados no capítulo a seguir, foram conquistados depois de diversas atrocidades e comumente são negligenciados.

2 CONTEXTOS HISTÓRICO, LEGAL E SOCIAL

Os costumes de cada época e grupo social, ao longo da história, tiveram marcas obscuras na convivência e tratamento de pessoas com deficiência, que ainda hoje respaldam na aceitação das diferenças dos sujeitos na sociedade atual.

CAPELLINI e RODRIGUES (2012) em uma das obras da coleção: Práticas educacionais inclusivas, nos remontam um histórico sobre a exclusão social e negação de pessoas com deficiência nas sociedades, até poucos séculos atrás. Na antiguidade, as crianças nascidas com aparência diferente ou algum tipo irregularidade eram abandonadas e assassinadas, em outras épocas foram consideradas castigos divinos e usados para entreter como aberrações. Somente com o gradativo avanço do cientificismo que essas concepções foram sendo alteradas na sociedade, ainda que muitas ideias errôneas fossem relacionadas às deficiências e transtornos mentais.

Os séculos se passaram, as deficiências foram vistas como aspectos e alterações naturais e passou novamente por um lento processo de inserção social, embora segregacionista e com teor majoritariamente assistencialista. No século XX, temos a criação de escolas voltadas para crianças com deficiência, mas um retrocesso também ocorreu durante a Segunda Grande Guerra, com a perseguição de vários grupos sociais, incluindo portadores de deficiência.

Com o fim da Guerra e a criação da Organização das Nações Unidas, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, com inúmeras

medidas de paz, igualdade que trouxeram à tona diversas discussões sobre essas temáticas. Ao longo do século XX, foram várias as medidas criadas, com relativo avanço sobre as pessoas com deficiência e como uma possibilidade de mudança na situação de exclusão.

No Brasil, em 1996, temos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um importante dispositivo constitucional de garantia e padronização da educação brasileira.

Em 1998, temos a declaração da “Constituição Cidadã”, assim chamada por assegurar direitos a grupos sociais até então excluído, que vigora até a época atual. Sobre isso, podemos citar a democratização da educação brasileira para esses grupos, em especial, portadores de necessidades especiais, como definido a seguir:

Art. 205. *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Art. 206. *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. *O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:*

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL. Constituição, 1988.)

Em 1989, temos sancionada a Lei Federal 7.853/98, que reafirma direitos da pessoa com deficiência. Na área educacional, por exemplo, ratifica a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1996, capítulo quinto, artigo 58º que justifica a educação especial, para os efeitos da lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Configurando gratuidade, obrigatoriedade da educação e também punição e criminalização de diversas ações discriminatórias contra o portador.

Nesse momento de avanços sociais sobre a afirmação de direitos, o país participou de convenções sobre acessibilidade para portadores de necessidades especiais, que podemos destacar com grande importância a Conferência Mundial

sobre Educação para Todos, em 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia e também a Conferência Mundial sobre Educação Especial, no ano de 1994, em Salamanca, Espanha. Durante essas duas conferências foram organizadas as seguintes declarações:

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, documento cujo objetivo é estabelecer acordos mundiais para garantir e satisfazer as necessidades e conhecimentos básicos a todos, com diretrizes e planos de metas de expansão e avanço da educação. Esse registro direciona a democratização da educação com foco nos mecanismos básicos da aprendizagem (leitura e escrita, cálculo e resolução de problemas), e também nos aspectos sociais, culturais e morais com base na equidade e apoio das entidades governamentais.

A Declaração de Salamanca, documento que reafirma o compromisso direito universal a educação, mas também visa reformular princípios, políticas e sistemas educacionais até então institucionalizados. Demonstra-se progressista pelo fato de ratificar e organizar a educação para pessoas portadoras de deficiência com o ensino regular. Segundo a declaração: “o princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (SALAMANCA, p.3, 1994).

Na primeira década do século XXI, algumas leis e decretos entraram em vigor com maior ênfase na inserção social da pessoa com deficiência, entre elas a Lei Nº10.436/02, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e muitas outras embasadas na educação em Direitos Humanos com diretrizes sobre currículo escolar, formação profissional e educação especializada.

O Plano Nacional de Educação, formulado em 2014, propôs grandes contribuições e deveres para a sociedade civil, com estabelecimento de leis e criação de mecanismos e planos para o avanço educacional. Com relação à educação inclusiva, foram apresentados muitos pontos importantes na meta 4, abordando investimentos em acessibilidade, formação de professores entre outros aspectos relevantes.

Em 2015, o Congresso Nacional decretou a Lei Nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com explanações e disposições gerais e específicas sobre deficiências físicas, intelectuais, transtornos globais e etc. Uma lei ampla e importante na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante da legislação que assegura esses direitos à pessoa com deficiência, infelizmente construída tardiamente e lentamente, o problema maior enfrentado por esse grupo social é o real cumprimento e efetivação dessas leis. Para superarmos isso, é necessário a propagação e conhecimento dessas leis, para que a sociedade brasileira possa atingir os objetivos fundamentais da inclusão e acessibilidade de um meio equiparado para todos.

Mittler (2003, p. 28), em seu livro “Educação Inclusiva contextos sociais” salienta a importância de considerar o movimento das pessoas portadoras de deficiência, que juntos com diversas organizações buscam galgar cada vez mais o combate contra discriminação e o pleno acesso aos direitos de cada segmento social.

A UNESCO, organização integrante da ONU, direcionada a educação, ciência e cultura, juntamente com os departamentos e movimentos das pessoas com necessidades específicas buscam, ainda, a valorização e inovação de métodos e recursos para o atendimento especializado com ênfase nos aspectos sociais da vida do aprendente. As ações da UNESCO são sistematizadas através da disseminação de informações, com a publicação de planos de ações, orientações e relatórios sobre diretivas, práticas e também obstáculos ainda persistentes no fazer inclusivo.

Em relação aos obstáculos, anteriormente mencionados, podemos elucidar a percepção da comunidade e profissionais das instituições escolares que os discentes são diferentes e ainda não podem ser tratados igualmente. Outro fator importante a ser salientado é a linguagem utilizada nos diferentes âmbitos sociais para referir-se a esses sujeitos. Mittler (2003, p. 32) demonstra que as terminologias utilizadas ao longo do tempo (necessidade, especial) podem além de contribuir com a cultura de estereótipos, também corroborar na manutenção da segregação, devendo assim serem refletidas e evitadas.

Os princípios da inclusão social e educacional visam a construção e garantia do direito da pessoa deficiente exercer a plena cidadania, bem como participar e contribuir ativamente para a sociedade em seus diversos setores, a favor disso, é

válido relacionar também as contribuições do ensino inclusivo com a diminuição da evasão e fracasso escolar como fruto de uma construção social de exclusão e de modelos educativos arcaicos. Segundo o Censo Escolar, realizado ao longo dos anos, é possível perceber a gradativa evolução nas matrículas em escolas regulares em comparação com escolas especializadas, assim combatendo a marginalização dos educandos. Outro aspecto social importante diz respeito a abertura da representatividade e criação de medidas de ingresso desse grupo em universidades e cursos superiores.

3 O PROCESSO INCLUSIVO VIVENCIADO NA ESCOLA

Este capítulo intenta expor a importância e influência do ambiente escolar na educação e também delinear as possibilidades e desafios dos docentes em relação aos paradigmas da escola para todos, levando em consideração as práticas, os recursos e também a profissionalização necessária para desenvolver as peculiaridades de cada aluno e o processo de ensino-aprendizagem democrático e construtivo. A educação inclusiva se faz realidade com atitudes pensadas na equidade, não-diferenciação dos alunos e acolhimento digno das diversidades.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA ESCOLAR

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), tem como um de seus objetivos para alcançar e satisfazer as necessidades básicas do processo de aprendizagem. O artigo 6 desse documento, discorre sobre propiciar um ambiente adequado à aprendizagem:

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração. (JOMTIEM, 1990)

Sabemos que são muitas as influências que estão relacionadas ao processo educativo, inclusive os fatores estruturais da escola, a disposição dos recursos na sala de aula, os ambientes externos e até mesmo luminosidade, sonoridade e temperatura, entre muitos outros. Embora a inclusão almejada por todos que lutam por uma escola mais igualitária não esteja meramente relacionada aos aspectos arquitetônicos, esses são, ainda, grandes desafios a serem superados, já que a estrutura da escola brasileira se encontra, em sua maioria, defasada e precária, baseada em modelos arcaicos de ordenação e arranjo.

A reorganização da escola deve visar a acessibilidade em todos os seus sentidos, evitando as barreiras que dificultam o acesso pleno de todos os integrantes da instituição com segurança e autonomia, a chamada acessibilidade física, que atribui à unidade estrutural da escola o legítimo atendimento às necessidades de cada aluno, com ou sem deficiência.

A reestruturação educativa deve basear-se também na utilização inteligente do espaço, além da sala de aula, com o ambiente organizado de modo que haja a participação e identificação dos alunos que ali se encontram, como também dos espaços abertos e comuns a todos os alunos, como refeitório e quadra, para que a interação entre eles e também com os profissionais da escola ocorram devidamente.

A utilização de recursos adaptados para a educação é também um fator de promoção muito importante dentro da escola, as necessidades educacionais especiais estão evidenciadas no contexto de dificuldades de aprendizagem por meio de limitações físicas ou intelectuais, altas habilidades ou disfunções na comunicação. Nesse sentido, é fundamental a manutenção de um acervo diverso e funcional, capaz de auxiliar nos processos sensoriais, cognitivos e empíricos da aquisição de conhecimento pelos alunos.

O cotidiano da unidade escolar deve ter como objetivo promover significativas experiências aos aprendentes, práticas que busquem uma formação diversa, flexível e baseada na construção participativa/colaborativa do sujeito e também no desenvolvimento de sua autonomia. Para isso, faz-se necessária a criação e utilização de recursos adequados, ambientes acessíveis e métodos pedagógicos eficientes. É essencial que essas transformações sejam planejadas e organizadas em equipe, com base na observação da realidade da escola, especificidades dos alunos e projeto

pedagógico desenvolvido pela instituição. A inclusão torna-se realidade à medida que as esferas sociais e educacionais transformam e quebram seus paradigmas. Essas atitudes devem ser realidade, também na formação profissional e capacitação daqueles que responsáveis no cotidiano escolar, gestores, professores e demais profissionais da educação devem estar preparados para enfrentar os desafios e proporcionar mudanças.

3.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E O FAZER PEDAGÓGICO

O início do processo inclusivo foi, paradoxalmente, marcado pela distinção e segregação. Atualmente, o principal objetivo é fazer a escola ser capaz de acolher a todos sem distinção, para isso, é necessário que a diferenciação entre professor regular e professor especialista seja superada com a correta profissionalização e capacitação. Na educação inclusiva, busca-se que todo o sistema educacional – a escola como um todo – seja capaz de transformar alunos em cidadãos para a sociedade, assim como afirma Mittler (2003, p. 183) “ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão”. Todos têm algo a aprender sobre ela. Nesse sentido, podemos considerar a importância de políticas públicas voltadas para o amparo e criação de oportunidades para a educação continuada de professores e profissionais da educação a fim da consolidação de atendimento às necessidades que a escola precisa.

Em relação a profissionalização dos educadores, a Lei de Diretrizes e Bases assegura que devem ser adequadamente especializados e capacitados. O desenvolvimento profissional e treinamento faz toda diferença para o professor exercer o conhecimento que possui sobre o respeito à diversidade de seus alunos e processos inclusivo. Além disso, é fundamental explorar suas dúvidas e inquietações referentes a sua contribuição com a escola inclusiva, o autoconhecimento e observação da realidade são atitudes importantes para o desvencilhar das estruturas tradicionais que fragmentam e excluem na pedagogia.

Diferentemente do modelo tradicional, o trabalho docente deve adaptar o currículo e práticas educativas aos seus diversos discentes. A compreensão da autonomia do aluno deve manifestar-se no desenvolvimento de atividades

diversificadas para o progresso e escolarização adequada de cada criança em seus maiores níveis possíveis de serem atingidos.

Para que a inclusão seja vivenciada efetivamente, as inovações da escola devem, também, ser compartilhadas entre esta e toda a comunidade, principalmente com os pais e mães dos alunos, é válido ressaltar que grandes conquistas da inclusão foram possíveis pela luta de pais engajados e sonhadores em uma realidade mais justa para seus filhos. O envolvimento parental na educação dos filhos demonstra progresso e benefícios para a escolarização adequada das crianças, nesse sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento de habilidades (inclusivas, educativas, formadoras e solidárias) deve ser incentivado em todos os sujeitos da educação.

Como citado anteriormente, os desafios da inclusão são enfrentados por todos, família, escola e comunidade, por isso é dever de cada sujeito contribuir com a superação desses desafios, tornando, seja com pequenas, inovadoras ou grandes ações a situação de limitação da pessoa com deficiência cada vez menor. A seguir, serão elucidadas as bases e métodos desta pesquisa.

O estudo e pesquisa de campo realizados para a execução deste projeto de pesquisa apresentam um direcionamento para a análise das práticas inclusivas investigadas. Para tanto, os instrumentos de estudo buscam caracterizar as instituições e profissionais com base nos parâmetros educacionais, bibliografia e pesquisa de campo e questionário.

Objetivos da pesquisa:

Este estudo tem como objetivo analisar como se dá o atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais no município de São Bento, bem como observar práticas, experiências e desafios vivenciados na educação da cidade. Os objetivos foram: caracterizar as instituições escolares do município Porfíria Vieira dos Santos e Colmeia, analisar como ocorre o processo de ensino para as crianças com necessidades especiais no ensino fundamental I e verificar a formação/qualificação das seis (6) professoras para trabalhar com inclusão de pessoas com deficiência.

Tipo de pesquisa:

O presente trabalho é constituído por uma orientação metodológica, desenvolvido para analisar a promoção da inclusão nas escolas do município.

Quanto ao tipo de pesquisa, esta investigação foi feita através de uma pesquisa de campo sobre o atendimento a crianças deficientes, a fim de compreender a oferta educacional no município.

Para caracterizar esse processo educacional, uma pesquisa descritiva faz-se necessário, pois, “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987). Assim como a pesquisa qualitativa, devido a particularidade do tema e pesquisa da realidade social.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa caracteriza-se em responder questões particulares que não podem ser quantificados e que trabalham com muitos significados. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa foi escolhida, também, por apresentar o viés de motivações comportamentais e aspectos subjetivos.

Instrumento de coleta de dados:

O instrumento de coleta de dados utilizado para coletar as informações necessárias foi uma entrevista estruturada para os professores sobre sua formação profissional, práticas e métodos de ensino e o que a escola lhes oferece para efetivar a inclusão, esse tem como objetivo conhecer a forma que a inclusão é vivenciada nas escolas da cidade. A entrevista buscou opiniões, relatos e informações sobre o tema da pesquisa.

As participantes serão estudadas por meio de um questionário com questões sobre o objeto de pesquisa. “Os questionários geralmente são utilizados para a obtenção de grandes quantidades de dados, geralmente para análises qualitativas. Nesse caso, o informante escreve ou responde por escrito a um elenco de questões que devem ser cuidadosamente elaboradas” (RUIZ, 1996, p. 51).

A interação foi feita seguindo uma linha metodológica de ideias e temas, a escola, a profissionalização, as perspectivas e opiniões de cada uma das seis professoras participantes. As perguntas foram feitas e explicadas de forma que elas puderam se expressar livremente, assim compreendendo os objetivos da pesquisa.

Após coletados os dados serão analisados e então feita a sistemática descrição dos resultados para verificar e responder o questionamento da pesquisa.

Caracterização dos locais de pesquisa:

Os locais de pesquisa foram a escola municipal Porfíria Vieira dos Santos e o Instituto Educacional Colmeia, ambos com nível de ensino infantil e fundamental I. As escolas estão situadas na zona urbana da cidade. A primeira apresenta a estrutura de seis salas de aula, cozinha, pátio interno para atividades recreativas, sala de professores, direção e três banheiros, além disso, a escola está em processo de reforma com a expansão de mais ambientes e a construção de rampas, no entanto, os banheiros não possuem acessibilidade adequada. O corpo profissional da escola Porfíria Vieira dos Santos é formado por nove professoras entre os dois turnos, um gestor e vice gestora, duas secretárias, uma auxiliar de sala que trabalha como cuidadora, porteiro, auxiliar de serviços gerais e duas cozinheiras. A escola atende 202 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino.

Já o Instituto Educacional Colmeia apresenta uma estrutura de nove salas de aula, quadra de esportes, área recreativa, biblioteca, sala de informática, cozinha, banheiros adaptados para crianças com deficiência físicas, rampas e corrimões que promovem uma maior acessibilidade para todos. Os profissionais da escola são dezenove professores divididos nos dois turnos, uma gestora, duas coordenadoras, auxiliar administrativo, cozinheira, auxiliar de serviços gerais e porteiro.

Sujeitos da pesquisa:

Os sujeitos dessa pesquisa foram seis (6) professoras das escolas analisadas, que responderam ao questionário e foram observadas durante a pesquisa de campo.

Análise e interpretação de dados:

No decorrer da pesquisa, as duas instituições foram visitadas e analisadas tendo como referência os parâmetros básicos da educação e programa escola acessível, quanto a organização arquitetônica da escola, materiais didáticos e processos pedagógicos.

Com base na observação do campo de estudo, foram evidenciadas algumas falhas de estrutura e escassez de materiais adequados na escola Porfíria Vieira dos Santos, alguns dos obstáculos à acessibilidade encontrados foram os bebedouros altos e banheiros sem recursos adaptativos, a escola não apresenta escadas ou muitos degraus, mas a reforma e construção de rampas poderá contribuir para uma melhor locomoção dos alunos. Na escola privada Colmeia, a estrutura arquitetônica demonstra alguns recursos satisfatórios e quase nenhum desafio a acessibilidade e locomoção dos alunos citados anteriormente, apenas portas estreitas em alguns departamentos, mas os corredores e espaços externos promovem segurança a todos.

Através do questionário foi possível traçar o perfil dos participantes, foram seis professoras entrevistadas, a faixa etária investigada foi de 25 a 47 anos, apresentando média de 36,3 anos de idade. Todas as professoras possuíam formação superior, sendo cinco com graduação em Pedagogia e uma com licenciatura plena em Letras. Destas, quatro possuíam especializações envolvendo Educação Infantil e Psicopedagogia.

Diante da primeira pergunta, “já trabalhou com alunos portadores de alguma deficiência ou distúrbio de desenvolvimento?”, as respostas evidenciam pouca experiência e contato profissional esses alunos, foram relatados: três (3) casos de hiperatividade, um (1) caso de deficiência auditiva, três (3) casos de autismo e um (1) deficiente físico. Quando foi solicitado que indicassem os métodos de ensino que elas acreditam contribuir para a educação de alunos com deficiência, a totalidade de participantes responderam a utilização de jogos e atividades lúdicas, algumas professoras acrescentaram os estímulos aos aspectos sensoriais nessas atividades, duas professoras simpatizam com a prática da roda de conversas para uma maior interação entre as crianças, embora sejam práticas positivas como foi mencionado anteriormente, as respostas apresentaram-se amplas e apenas uma professora demonstrou preocupação na avaliação e diferentes tipos de aprendizagem dos alunos para posteriormente desenvolver seus métodos de ensino, baseados nos sentidos, ludicidade e participação com os colegas.

Em relação ao questionamento se o curso de pedagogia capacitava adequadamente os profissionais para a prática docente inclusiva foi constatado uma relativa descrença acerca da profissionalização, visto que 66,6% das entrevistadas acreditam que a grade curricular é superficial e insuficiente para a capacitação adequada, sendo necessário, assim uma formação continuada realmente voltada para a diversidade/inclusão por meio de cursos e estágios. Além do descrédito relacionado à formação profissional, a atenta observação a linguagem corporal e gestual, permitiu a compreensão de que as participantes receiam falar abertamente sobre o assunto, o que comprova a existência de muitos paradigmas a serem enfrentados em relação a educação para todos.

Atualmente, a escola Porfíria Vieira dos Santos atende uma criança com deficiência física, e a escola Colmeia atende um aluno com distúrbio de aprendizagem dislexia. Em relação aos recursos acessíveis disponíveis nas instituições, as professoras mencionam, além das estruturas físicas, alguns materiais didáticos e jogos educativos. Estes materiais, de ambas as instituições, apresentam referências e bases no Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados, disponibilizado pelo MEC, em 2002. No entanto, as professoras da Escola Porfíria Vieira dos Santos acreditam ser esses elementos

insuficiente ou pouco suficiente para a execução das atividades, já aquelas da Escola Colmeia julgam os recursos suficientes no processo educacional.

Diante desses pressupostos, é possível inferir que a gama de materiais educacionais para a educação inclusiva deve ser diversificada e amplamente explorada dentro da sala de aula, elementos com cores, texturas, números e letras, brincadeiras que permitam diferentes utilizações do espaço e da corporeidade dos alunos.

Dando continuidade a esta observação e analisando os resultados sobre o posicionamento das participantes em relação ao projeto-político-pedagógico – PPP – e suas respectivas escolas, que podemos caracterizar como um guia curricular para o desenvolvimento de ações, objetivos e metodologias das instituições para a prática escolar, de forma que seja flexível às necessidades de toda a comunidade escolar e revisado periódica e colaborativamente. Sobre as afirmações contidas no questionário, cerca de 75% das professoras, acreditam que o PPP da escola é coerente com a busca pela inclusão escolar pelo fato de objetivar a integração e participação ativa de todos os alunos, bem como democratizar o ensino. Em contrapartida, 25% acredita que as práticas e metas estabelecidas no PPP sejam pouco eficazes devido a falta de recursos e pouco incentivo à participação da família e comunidade no processo inclusivo. Fatos esses que nos direcionam ao último tópico do questionário, as dificuldades para a educação inclusiva ser uma realidade.

As opiniões das participantes foram muitas, dentre elas podemos citar como principais: a falta de capacitação e formação adequada dos agentes educadores e também a falta de outros profissionais na escola como psicólogos, a persistência dos preconceitos sociais, falta de participação e aceitação dos pais de alunos, ausência de recursos e medidas direcionadas para a informação da comunidade em busca da participação e educação para todos. Todos esses foram evidenciados como barreiras para a educação inclusiva e precisam ainda ser desmistificados e superados por cada um de nós.

Considerações Finais

As informações coletas nesta pesquisa tiveram como finalidade analisar e refletir o processo de ensino, o cotidiano escolar e esclarecer aos leitores sobre a educação inclusiva na cidade de São Bento, Paraíba.

As instituições de ensino observadas apresentam muitas diferenças quanto a disponibilidade de recursos adequados, quadro que pode ser estendido as demais escolas do município, conferindo a necessidade uma maior atenção das entidades governamentais para o desenvolvimento educacional da cidade. Embora as estruturas curriculares e projetos pedagógicos orientem-se de acordo com as bases nacionais, ainda há muitas dificuldades para as práticas escolares acompanharem o que caracteriza a teoria.

Além disso, de acordo com o que foi relatado, falta ainda uma verdadeira formação profissional voltada para a inclusão, seja por meio de mudanças na grade curricular do curso de pedagogia, com ênfase na prática docente, seja pela promoção de cursos de extensão e capacitações para os profissionais da educação, visto que as participantes da pesquisa demonstraram o sentimento de relativo despreparo para lidar com as muitas diferenças que podem surgir na sala de aula.

Em relação às práticas de ensino apresentadas, a totalidade de participantes da pesquisa defendem a utilização de atividades lúdicas como fator essencial na assimilação de aprendizagem dos alunos com deficiência, assim como a interação com os demais colegas, aspectos importantes na educação consonantes com as contribuições de Vygotsky sobre o desenvolvimento das crianças. No entanto, devemos considerar que exercícios concretos também devem ser amplamente utilizados no processo pedagógico.

Outro ponto relevante a ser discutido com base nas respostas do questionário é a pouca participação dos familiares dos alunos, fato que, segundo parte das professoras, acaba contribuindo com os desafios enfrentados na educação voltada para a necessidade e especificidade de cada aluno. Nesse sentido, é possível perceber um paradigma criado por parte de núcleos familiares na constatação e aceitação de transtornos globais de desenvolvimento.

Diante disso, pudemos constatar que as respostas da questão levantada pela pesquisa foram importantes para a percepção da participação dos diferentes sujeitos envolvidos na educação, professores, administradores, pais e comunidade, se fazendo necessário cada vez mais buscar a participação efetiva destes no cotidiano escolar. A educação inclusiva deve cumprir seu papel formador, não requer apenas a integração entre alunos, é essencial que as escolas consigam promover um ensino de qualidade, afirmando a dignidade da pessoa com deficiência e acima de tudo a equidade dentro e fora do ambiente escolar.

Por fim, é preciso reiterar que o fenômeno deste estudo é amplo, sendo assim maiores análises podem ser desenvolvidas, e que este estudo pode também contribuir com uma maior abertura para debates e medidas dentro do município para democratizar os pontos positivos encontrados, mas também alertar sobre o que ainda deve ser feito para que a educação inclusiva seja alcançada nas escolas e creches da cidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 21º ed., 2002.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2º ed.] /– Brasília : MEC, SEESP, 2006. 68 p. : il.
- Diaz, Feliz. II. Bordas, Miguel. III. Galvão, Nelma. IV. Miranda, Theresinha. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264p.
- PICCOLI, Roberta. **Educação inclusiva do aluno com necessidades especiais: desafios e perspectivas para os gestores**. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/397/Piccoli_Roberta.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 de abril de 2019.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 16 de set. 2019.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso, foram necessárias pesquisas e questionários sobre a formação profissional de educadores, convívio e aspectos metodológicos entre família e educador/aprendente, um termo de apresentação e consentimento foi destinado e aceito a todos os participantes investigados, prezando zelar pelo sigilo e proteção a imagem, esses questionários se manterão anônimos e serão utilizados unicamente para fins acadêmicos.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

ELEMENTOS GERAIS:

Escola: _____

Nível de ensino: _____

Quantidade de alunos: _____

PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

Idade: _____

Sexo: F() M()

Formação profissional:

Possui especializações/pós-graduação? Qual (ais)?

Tempo de serviço? _____

Já trabalhou com alunos portadores de alguma deficiência ou distúrbio de desenvolvimento?

Indique alguns métodos de ensino que você acredita contribuir para as crianças com deficiência com quem trabalha ou já trabalhou:

Na sua opinião, o curso de pedagogia capacita adequadamente a prática docente inclusiva? Justifique-se.

A escola possui alunos com necessidades especiais ou transtornos?

Quais os elementos especializados que a escola dispõe para alunos com necessidades especiais?

Para você, esses recursos são suficientes para a execução das atividades:

() insuficiente () pouco suficiente () suficiente () muito suficiente

Você considera o plano-político-pedagógico da escola coerente com a promoção da inclusão escolar?

Qual a maior dificuldade que você encontra para que o ensino inclusivo seja uma realidade?

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

Pesquisa: Ensino inclusivo a crianças com deficiência no município de São Bento, Paraíba.

Informações sobre a pesquisa:

Este estudo tem como objetivo registrar impressões e conclusões acerca do trabalho pedagógico relacionado com a inclusão na educação e como esse processo ocorre nas escolas do município de São Bento, Paraíba. Você concorda em participar desta pesquisa conhecendo os seguintes direitos:

1. Segurança e sigilo;
2. Liberdade para recusar a participação;
3. A manutenção de materiais e respostas seja apenas para fins de construção da pesquisa.

De acordo com os esclarecimentos acima, eu, manifesto o interesse e aceito participar da pesquisa.

São Bento, Paraíba, 5 de novembro de 2019.

Fabíola Cleide da Silva Soares
Francisca Pereira Gomes
Josaneuma Farias Dantas
Jucenária Azevedo Dias
Juciara Diniz
Suzany Alves Costa Gomes